



FASUBRA ASSUFRGS 60 anos

Gestão 2011 /2013

Associação dos Servidores da UFRGS, UFCSPA e IFRS

Negociação com o Governo não avança

Realizou-se no dia 18 de abril, em Brasília, a primeira reunião entre o governo e a nova gestão da FASUBRA.

Na reunião a nova direção da FASUBRA foi apresentada e foram dados os informes do XXI CONFASUBRA.

Foi destacado que a categoria encontra-se mobilizada para campanha salarial 2012, inclusive, com a definição de um calendário de lutas e a adesão ao estado de greve até o esgotamento do prazo para o governo apresentar uma proposta, que é, 30 de maio. A representação da FASUBRA colocou que os novos trabalhadores que entram na Universidade logo estarão fazendo novo concurso, pois ainda somos o menor piso e o menor teto do funcionalismo público, e esperamos que nesta reunião tenhamos algum resultado que atenda a pauta emergencial da categoria.

O governo foi lembrado que, estamos com os salários congelados desde 2010 e que os servidores não poderiam ficar sem resposta, pois, esta já era a 50ª reunião.

No tocante a Portaria Nº 13 que trata do limite do valor do Vale Alimentação acabou gerando uma confusão na categoria, pois muitos pensaram que se tratava de um reajuste no mesmo, o que não é real, pois a Portaria veio apenas para limitar o valor.

A Federação informou aos representantes do governo que até agora nenhuma proposta foi apresentada e que não podemos ficar sem um aumento no piso.

A primeira resposta do governo veio através da fala de Marcela Tapajós, assessora de Sérgio

Mendonça, ela salientou que em 2005, houve um grande processo de reestruturação de Carreiras, mas isto não refletiu numa reformulação da Gestão de Pessoas, disse ainda que o Governo Lula investiu no processo de recuperação das Carreiras e em novos concursos e que esta é também, a política do Governo Dilma, alertou para o fato de a Crise Econômica Internacional refletir diretamente no processo de negociação e que apesar das incertezas do ano passado conseguiram algumas medidas que foram avanço para algumas Carreiras, como a incorporação de Gratificações e diminuição de padrões, casos do ANDES e do INEP. Segundo ela no caso da FASUBRA, infelizmente se fechou o orçamento passado e não fechou a negociação. Comprometeu-se a entregar o relatório da última reunião entre a FASUBRA e Duvanier realizada no dia 18 de janeiro de 2012.

Marcela argumentou que tem sensibilidade pelo nosso problema, que acha importante apresentar uma proposta, mas quer discutir por qual caminho.

Colocou que temos que ter muito cuidado com o momento do acirramento, pois o aumento do piso, tem a ver com a estrutura da Carreira e não dá para mexer no piso sem mexer na estrutura.

Ao ser questionado pela Direção da FASUBRA se de fato só haveria aumento do piso se mudar a estrutura da Carreira a mesma respondeu que "não necessariamente". Questionada se a proposta seria o PGPE, (Plano Geral de Cargos Poder Executivo), respondeu que não sabia se seria isto, e que o problema é que tem dificuldades de gestão que a

Carreira não responde. Segundo ela a construção de uma proposta para nossa categoria deve ser coletiva, isto é, construída por nós e pelo governo, que temos que trabalhar juntos os mesmos pressupostos, pois o PCCTAE é uma Carreira que tem uma estrutura diferente.

O Secretário de Relações de Trabalho Sérgio Mendonça disse, após Marcela, que temos que encontrar um espaço por onde caminhar, pois o reajuste no piso o governo não vai aprovar sem uma escolha estratégica. Segundo ele quando o governo negociou em 2003 e 2004 eram em outras condições de mercado de trabalho, que temos que olhar para os próximos 5 a 10 anos, pois estamos diante de um novo olhar do mercado de trabalho.

A Direção da FASUBRA neste momento falou que não vai rifar nenhum segmento da categoria, muito menos os Aposentados e nem quem está perto de aposentar. A Federação lembrou que a última negociação aconteceu em 2007 quando o governo acabou com o step constante.

Colocou ainda que, o MEC tem inviabilizado a CNSC, (Comissão Nacional de Supervisão da Carreira), que há um ano não se reúne e precisa funcionar em conjunto com o Ministério do Planejamento, frisou ainda que o governo sequer cumpriu a lei 11.091, que cria um grupo de trabalho para discutir a terceirização, além das retaliações sobre as jornadas especiais, que os profissionais estão fazendo e que no próximo mês, serão obrigados a devolver e que isto é um absurdo, sem falar da questão do reposicionamento que é uma falha na



Foto: Carla Jurumenna

carreira que algumas universidades, corretamente, acertaram pela autonomia que tem e estão sendo pressionadas a devolver o dinheiro, pago.

A seguir falou a representante do MEC para informar que a CNSC, (Comissão Nacional de Supervisão da Carreira), vai se reunir no dia 22 de maio, para construir a pauta. Após a fala da FASUBRA de que o prazo é muito longo para nossa demanda, Dulce ficou de tentar antecipar a reunião para a semana de 7 a 10 de maio e garantiu que não vai haver descontinuidade dos trabalhos, ficando ainda de agendar para a próxima semana uma reunião da Federação com a SESU, (Secretaria de Educação Superior).

Marcela falou que neste momento o governo está analisando as propostas de todas as categorias, o que são prioridades a serem discutidas.

Em seguida o secretário disse que "estávamos estabelecendo um diálogo de surdos, que esta reunião havia sido marcada praticamente pela FASUBRA e que o governo não vai abrir agenda fragmentada, que não vai apresentar nada que não seja para o conjunto dos federais, que este é um assunto delicado e que custa caro". Disse ainda que os Aposentados do mundo inteiro recebem a inflação para a recomposição do salário, o que é diferente de receber o reajuste integral da categoria na ativa. afirmou que "temos que calibrar o tempo, que não adianta marcar outra reunião,

com 15 dias que a conversa vai ser a mesma, que temos que compor uma proposta, pois quando se erra numa negociação com a iniciativa privada se demite os trabalhadores e quando se erra no Serviço Público o governo acaba pagando por 35 anos.

Segundo ele o governo acha que tem crédito com todas as categorias desde 2003. Além disso, disse que não vão dar resposta rápida que se quisermos entrar em greve que façamos que irá desgastar nossa relação, mas não vai fechar as portas.

Concluiu dizendo que não chegaremos ao final de maio com propostas para remuneração e que temos que repactuar prazos, sendo que se consideramos a negociação a partir de 2007, ele considera que foi a partir de 2003. afirmou que este assunto é macroeconômico, que não vai mexer em salário e que o prazo do governo é 31 de julho.

A Direção da FASUBRA disse então que não tinha mais nada a tratar ali, que o governo não apresentava nada para a categoria. Neste momento Marcela propôs nova reunião. Ela propôs que discutíssemos os nossos pontos de consenso, que tínhamos que encontrar um caminho por onde começar a negociação. Que tinha que discutir o que fazer para entregar carreiras mais fortes para o estado. Que deveríamos eleger um ponto de consenso e começar por ele. A nova reunião ficou marcada para o dia 17 de maio.

25 de abril

DIA NACIONAL DE LUTA



Concentração - 9h

Em frente a FACED

Paralisação Nacional

Reajuste Emergencial

(com negociação das pautas protocoladas no MEC e MPOG)

60 anos ASSUFRGS FEIRA DO DIA DAS MÃES

10 e 11 de maio de 2012



ASSUFRGS
CENTRO - 11 de maio - 10h às 16h - HELKS CONFEC
CENTRO - 10 de maio - 10h às 16h - O BOTICÁRIO

ASSUFRGS
CAMPUS DO VALE - 10 de maio - 8h às 14h - O BOTICÁRIO
CAMPUS VALE - 10 e 11 de maio - 8h às 14h - MARYS BOLEAS
CAMPUS VALE - 10 de maio - 8h às 14h - HELKS CONFEC

Delegação da ASSUFRGS presente no XXI CONFASUBRA

A delegação da ASSUFRGS esteve presente no XXI CONFASUBRA, o Congresso da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores de Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – Fasubra Sindical, representando os servidores da UFRGS e da UFCSPA.

Os delegados participaram das votações e discussões que envolveram diversos aspectos importantes para a categoria como: o Regimento Interno do XXI Congresso da Federação, a instalação da Comissão Diretora e da Comissão eleitoral do XXI Confasubra.

A Comissão Diretora é responsável pela coordenação dos trabalhos do XXI Confasubra, pelo cumprimento e fiscalização do Regimento Interno, pela nomeação dos responsáveis pelo estabelecimento dos Grupos de Trabalho e pela supervisão e preparação do Relatório Final dos Trabalhos, bem como pelos Anais do Congresso. Outra atribuição da Comissão é examinar os recursos da Comissão Organizadora.

Alterações:

- **Artigo 3º, § 2º foi alterado, passando a vigorar -**

Cada entidade filiada terá direito de credenciar observadores até o máximo de 10% do número de seus respectivos delegados (as) eleitos para o CONFASUBRA.

- **No capítulo V, foi proposta a uniformização dos textos dos artigos 6º e do Artigo 7º, § 3º, que tratam da obrigatoriedade do uso do cartão de votação na escolha dos delegados nas assembleias dos sindicatos da base da Fasubra:**

- Os delegados (as) decidiram retirar do texto a obrigatoriedade;

- A inclusão de mais uma mesa de interesse: "Estaduais e Centros Tecnológicos";

- **Ao tema Meio Ambiente foi acrescentada a " Economia Solidária".**

Comissão Diretora - Foi instalada a Comissão Diretora do XXI Confasubra, que irá discutir os recursos apresentados pela Comissão Organizadora do Congresso.

Junta Eleitoral – Aconteceu a escolha dos membros que irão coordenar os trabalhos de eleição da futura diretoria da Fasubra.

Segue nominata: Gilvan Bernardes, Rafael Pereira, Marcelo Barbosa, Sirlene de Souza, Tertuliano Neto, Edilene Dahner e José Magesk.

Estatuto da Fasubra – Foi ratificado o Estatuto da Fasubra Sindical elaborado em 2011.

MESAS DE INTERESSE

Mesas de Interesse que abordaram temas diversos como Juventude, Formação Política, Cultura, Esporte e Lazer, Mulher Trabalhadora, LGBT, Raça, Meio Ambiente e Comunicação Sindical.



VOTAÇÃO DO RECURSO DO CREDENCIAMENTO DOS DELEGADOS (AS) DA ASSUFRGS



O credenciamento dos delegados da ASSUFRGS que havia sido indeferido pela Comissão Diretora do XXI CONFASUBRA foi encaminhado, através de recurso, para decisão na Plenária do Congresso, iniciada por volta de 11 horas da manhã do sábado, dia 14. O encaminhamento do recurso foi feito por Berna (Coordenadora Geral ASSUFRGS – VAL/ INTERSINDICAL), que também realizou a defesa da posição da ASSUFRGS. A posição contrária ao recurso da ASSUFRGS foi defendida por Léia (diretora nacional FASUBRA – TRIBO/CUT). Contra o recurso, Léia fez uso de um entendimento extensivo da regra de exceção, regulamentada pelo parágrafo 6º do artigo 10 do Regimento do XXI CONFASUBRA (homologado durante o próprio Congresso). Na defesa, Léia justificou que se fosse aceito o credenciamento dos 3 delegados da ASSUFRGS, outras entidades que também possuem unidades em outros municípios estariam prejudicadas, pois foram orientadas pela Direção Nacional da Fasubra a basearem-se no parágrafo 6º do Artigo 10. Falou ainda que o Regimento deve ser aprimorado para o próximo congresso e que o caso da



ASSUFRGS constituiu-se em exceção.

Como defesa do recurso, Berna apresentou a situação do CECLIMAR e da ESTAÇÃO EXPERIMENTAL, que são parte de UNIDADES ACADÊMICAS que estão em outro município, sendo amparadas pelo Artigo 5º do Regimento do XXI CONFASUBRA, regra geral que estabelece a admissão de delegados, estando a proporção de delegados eleitos no

CECLIMAR e ESTAÇÃO EXPERIMENTAL de acordo com o Regimento. Berna lembrou também que o recurso pelo credenciamento de todos os Delegados da ASSUFRGS foi o único indeferido pela Comissão Diretora e que os demais recursos, mesmo estando fora do regimento, foram aceitos. Após as defesas de uma e outra parte, foi aberto o regime de votação que teve o seguinte resultado:

CONTRÁRIOS AO RECURSO: 552 votos
FAVORÁVEIS AO RECURSO: 424 votos

Como consequência, ficou negado o credenciamento de 2 delegados da Estação Experimental e 1 delegado do Ceclimar.

O tema deste ano, "Trabalhadores das IES na Luta em Defesa e Valorização dos Serviços Públicos e dos Movimentos Sociais", foi debatido pelos 30 delegados enviados pela Assufrgs, representando todas as unidades, que fazem parte da UFRGS, e também um delegado da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

ELEIÇÕES PARA NOVA GESTÃO DA FASUBRA

TESES APRESENTADAS

Os novos desafios da Fasubra; Por salário e para combater a privatização, é preciso unir os que lutam e construir uma nova direção na Fasubra; Unidade dos lutadores: Uma necessidade da categoria; Renovação Sindical; Por uma Fasubra autônoma, classista e democrática! Ousar, Lutar, Ousar Vencer!; Não temos Tempo a perder; Fasubra: Resistir é preciso; Pensar e Agir na liberdade; Tese do Coletivo Sindical; Tese do Movimento e Tese Por uma Fasubra Unitária Classista de Luta. Também foi conhecida pelos delegados a Tese do Movimento Unidos para Resistir (MUR).

Em resumo, as Teses ratificam a necessidade de intensificar as ações para garantir e ampliar os direitos dos técnico-administrativo frente à conjuntura nacional e internacional que afeta os trabalhadores de toda a América Latina, em decorrência da crise econômica, e suas repercussões negativas no mundo do trabalho.



CATEGORIA APROVA ESTADO DE GREVE E PLANO DE LUTAS

Ficou aprovado também estado de greve, com um calendário de lutas:
25 de abril – Dia Nacional de Lutas com paralisação e atos nas universidades;

09 e 10 de maio – Paralisação nacional

Eixos:

- Elevação do piso;
- Aumento do auxílio-alimentação;
- Racionalização;
- Reposicionamento dos Aposentados;
- Anexo IV.

17 de maio – Caravanas à Brasília;

30 de maio – Fim do prazo de Negociação com o Governo.

Os delegados (as) aprovaram também;

- Discutir os destaques em uma plenária estatutária posterior (exceto os referentes à desfiliação à ISP e à refiliação à CUT), garantindo o acesso das bases ao documento de sistematização dessas propostas antes da referida plenária.

- Manutenção da filiação da Fasubra à Internacional do Serviço Público (ISP).

- Os delegados (as) rejeitaram a proposta de que as votações no Comando Nacional de Greve passassem a ser nominais e;

- Os delegados (as) rejeitaram a proposta de que os diretores de entidades que estejam fora de greve não possam participar do Comando Nacional de Greve ou negociar com o governo no período partidista.

- A FASUBRA continua desfilada da CUT:

SIM – 534
 NÃO – 484



Delegados(as) presentes no XXI CONFASUBRA

Arlindo Koller, André Gustavo Bobrzy, Antonio Carlos Pinheiro, Bernadete de Lourdes R Menezes, Cláudio Jair Hilário, Edilon Flores Arend, Eni Moreira Felix, Elton Mauricio Mattos de Deus, Fátima Teresinha de Borba Rosa, Gabriel de Feitas Focking, Gilmar Godoy Gomes, Igor Corrêa Pereira, Joana de Oliveira, João Batista Costa da Silva, Lizette Dias de Castro Miguens, Luci Mari Castro Leite Jorge, Maria Antonieta Cossio Xavier, Maria Schiley F Cassel, Marisane Lovatto Odorizi, Marcelo de Souza Rodrigues, Michelle de Mello Meirelles, Mozarte Simões da Costa Jr, Luis Amaro Freitas, Paulo Rony Linder Godinho, Rafael Berbigier de Bortoli, Rafael Cecagno, Roberto Elias Sader D'Avila, Rosane Barcelos Souza, Salete Maria Wiggers e Teresinha da Costa Fraga.

CRÉDITO DAS FOTOS: IMPRENSA DA FASUBRA SINDICAL E DELEGACÃO DA ASSUFRGS

Inscrições das Chapas

Chapas inscritas:

Chapa 1 – É Hora de Resignificar; – CSD;

Chapa 2 – Fasubra Unitária, Classista e de Luta; CTB;

Chapa 3 – Oposição Unificada – Vamos à Luta, Base, Unidos, PS Livre e Independentes;

Chapa 4 – Tribo – Não Temos Tempo a Perder – Tribo.

O resultado das votações, que aconteceram no dia do encerramento do XXI Congresso da FASUBRA foi o seguinte:

Chapa 1 – É hora de resignificar/ CSD – obteve 124 votos;

Chapa 2 – Fasubra Unitária, Classista e de Luta/CTB – ficou com 100 votos.

Chapa 3 – Oposição Unificada/ Vamos à Luta- PS Livre, Unidos para Lutar, CSP - Conlutas, Base e Independentes – 470 votos;

Chapa 4 (Não temos tempo a perder/Tribo) contabilizou 349 votos.

No total, foram 1043 votos válidos, 4 em branco e 16 nulos.



Eleita nova Direção Nacional da FASUBRA Sindical



COORDENAÇÃO GERAL

Janine Vieira Teixeira
 Paulo Henrique Rodrigues dos Santos
 Gibran Ramos Jordão

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Cristina Del papa
 Rolando Rubens Malvásio Júnior

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO

Pedro Rosa Cabral
 Rosângela Gomes Soares da Costa

COORDENAÇÃO DE APOSENTADOS

Darci Cardoso da Silva
 Paulo César Vaz Santos

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E GÊNERO

Diego Gonçalves Rodrigues
 Rogério Fagundes Marzola

COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Raimundo Nonato Uchôa Araújo
 João Paulo Ribeiro

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

Francisco de Assis dos Santos
 Vanda do Carmo Lucas dos Santos

COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SINDICAL

José Ronaldo Ribeiro Esmeraldo
 Sandro de Oliveira Pimentel

COORDENAÇÃO DAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Neuza Santa Alves
 Ângela Maria Targino Silva

COORDENAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA

Ivanilda de Oliveira Silva Reis
 Maria Antonieta Cossio Xavier

COORDENAÇÃO DA RAÇA E ETNIA

Charles dos Santos Batista
 Tânia Maria Flores

COORDENAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

Lígia Regina Antunes Martins
 Luís Antônio de Araújo Silva

Aposentadoria por Invalidez, o que mudou?

EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70 (PEC 270/2008 CONVERTIDA) SOBRE AS APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ

(Silvio Corrêa – Assufrgs) 1) O que muda com a aprovação da PEC 270/2008, para os servidores aposentados por invalidez? Ela já está em vigor?

(Rogério Coelho – Assessoria Jurídica) - A PEC foi convertida na Emenda Constitucional nº 70, entrando em vigor com a sua publicação, em 30/03/2012.

Ela modifica os proventos dos servidores que ingressaram em cargo efetivo até 31/12/2003, data da edição da EC - 41, e se aposentaram por invalidez após a sua edição, sofrendo redução. Altera também o cálculo dos proventos daqueles que, tendo ingressado até aquela data, vierem a se aposentar por invalidez no futuro. Foi editada para CORRIGIR a situação injusta gerada pela EMENDA-41.

A Emenda-41 alterou as diversas modalidades de aposentadoria permanentes existentes na Constituição, entre elas a aposentadoria por invalidez. Os proventos deixaram de ser sobre a última remuneração e passaram a ser calculados sobre a média das remunerações que, ao longo dos anos, serviram de base para a contribuição (desde 1994). Além disto, a paridade com os ativos foi eliminada, ficando apenas um reajustamento anual dos proventos.

Para os servidores que haviam ingressado até a data da sua edição criou uma modalidade transitória, com garantia de aposentadoria integral e paridade, mas exigindo tempo de contribuição e idades completas, além de outros requisitos, no seu artigo 6º. Mas aqueles que não completassem todos os requisitos em virtude de invalidez, ficavam desprotegidos, sem estas garantias.

A nova Emenda veio criar regra para reparar a situação de todos os que se aposentaram por invalidez a contar de 01/01/04, dispondo que os seus proventos seriam recalculados, agora com base na sua última remuneração, sendo integrais no caso das doenças graves e proporcionais ao tempo de serviço nas demais. E, além disto, receberam a garantia da paridade.

As futuras aposentadorias por invalidez terão proventos calculados sobre a última remuneração. Eles serão integrais (iguais a última remuneração) para as doenças graves, profissionais e acidentárias, e proporcionais no caso das demais doenças incapacitantes. Além disto, fica assegurada paridade plena com os ativos.

(Silvio Corrêa – Assufrgs) 2) As aposentadorias por invalidez deferidas após a Emenda 41-03

vinham sendo aplicadas da forma descrita a partir de 01/01/04?

(Rogério Coelho – Assessoria Jurídica) - A partir de 01/01/04, a Administração passou a conceder aposentadorias por invalidez, com proventos calculados sobre a média das remunerações percebidas ao longo dos anos (desde 1994), gerando reduções significativas no caso das doenças graves, profissionais e acidentárias, e reduções maiores ainda quando a invalidez se gerada pelas demais doenças, em face da proporcionalidade sobre o tempo de contribuição.

Muitos dos servidores conseguiram em juízo estabelecer que os seus proventos continuariam sendo integrais (iguais a última remuneração), no caso das doenças graves ou profissionais e acidentárias. Isto em face da permanência da regra da integralidade dos proventos no RJU.

Mas no caso de invalidez da regra geral, abrangendo todas as demais doenças incapacitantes, prevaleceu o cálculo dos proventos sobre a média descrita, incidindo sobre ela a proporcionalidade pelo tempo de contribuição.

O afastamento da paridade prevaleceu nas duas modalidades de aposentadoria por invalidez, ficando perdidas as majorações iguais a dos ativos, novas vantagens criadas para estes e o imprecisão do texto na Constituição direito de enquadramento em novos planos de carreira.

Na categoria dos Técnicos Administrativos em Educação, os servidores aposentados por invalidez após 31/12/2003, ficaram excluídos do PCCTAE, editado pela Lei nº 11.091 de 11/01/2005.

(Silvio Corrêa – Assufrgs) 3) E quais os procedimentos que serão adotados a partir da edição da nova Emenda?

(Rogério Coelho – Assessoria Jurídica) - A nova Emenda impõe uma revisão dos proventos de todos os servidores já aposentados a partir de 01/01/04, que será retroativa a data da inativação. E a partir do valor revisado dos proventos iniciais será reconstituída a evolução, considerando a paridade com os ativos.

Nas categorias que tiveram novos planos de carreira, haverá o reenquadramento dos já aposentados na época em que foi feita para os ativos. Os Técnicos Administrativos em Educação serão enquadrados no PCCTAE, a contar de março de 2005 se a aposentadoria por invalidez ocorreu entre 31/12/03 e a data do novo plano.

A EC nº 70, agora promulgada, gerou uma regra de transição; ela vale exclusivamente para os

servidores que ingressaram em cargos efetivos até a data da Edição da EC-41, de 31/12/03. Os servidores que ingressaram depois dessa data continuam desprotegidos. No caso de invalidez continuarão tendo os seus proventos calculados sobre a média das remunerações desde o seu ingresso e sem paridade.

Serão revistas a partir da data de sua concessão todas as aposentadorias por invalidez posteriores a 31/12/03. Os proventos fixados inicialmente serão corrigidos, para corresponderem ao montante dos vencimentos na data da sua aposentadoria; E a seguir serão acrescidos das majorações recebidas desde então pelos servidores ativos e agregadas novas vantagens eventualmente conferidas aos ativos.

(Silvio Corrêa – Assufrgs) 4) Todos os servidores aposentados por invalidez tinham prejuízo quando da aposentadoria?

(Rogério Coelho – Assessoria Jurídica) - A situação é diferente conforme a época da aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos:

Até 31/12/03, data da Edição da EC-41, os proventos eram calculados nos dois casos sobre o valor da última remuneração, sendo: integrais nos casos de acidentes do trabalho, doenças Profissionais e doenças graves, que são definidas no RJU. (Art. 186 - § 1º. Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, Hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondilostrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.)

- proporcionais ao tempo de contribuição (serviço), caso a invalidez tenha sido causada pelas demais doenças, mas calculados sobre a última remuneração.

Em ambos os casos tiveram assegurado a paridade plena. Vale dizer, receberam todas as majorações deferidas aos ativos após a sua inativação e tiveram direito às vantagens criadas e ao enquadramento em novos planos de carreira. Os Técnicos Administrativos em Educação aposentados por invalidez até 31/12/03 foram todos enquadrados no PCCTAE, mediante a opção prevista na lei.

Tiveram prejuízo na aposentadoria por invalidez, como vimos,

aqueles que se aposentaram por invalidez a partir de 01/01/2004, isto é, após a edição da EC-41/03.

Agora a sua situação ficou a mesma dos servidores que já haviam se aposentado por invalidez até 31/12/03, data da edição da EC 41.

(Silvio Corrêa – Assufrgs) 5) A partir de que momento passaram a ter prejuízo ao se aposentar por invalidez?

(Rogério Coelho – Assessoria Jurídica) - Como vimos na resposta a pergunta anterior, os servidores públicos passaram a ter prejuízo na modalidade de aposentadoria por invalidez a partir de 01/01/2004, vale dizer, após a edição da EC-41/03.



(Silvio Corrêa – Assufrgs) 7) Os servidores que se aposentarem por invalidez a partir de agora, terão proventos integrais e paridade no reajuste dos proventos?

(Rogério Coelho – Assessoria Jurídica) - Terão assegurados proventos integrais apenas os servidores que ingressaram em cargos públicos efetivos até 31/12/2003, data da edição da EC-41, e, além disto, se a inativação se der por doenças graves, doenças profissionais ou incapacidade decorrente de acidentes do trabalho, definidas no RJU. Os que se inativarem por invalidez quando atingidos pelas demais doenças terão aposentadoria proporcional, mas calculada sobre a última remuneração; não mais por aquela média produtora de efeito redutor.


Nos dois casos, ficará assegurada a paridade plena com os servidores ativos. Vale dizer terão todas as majorações que estes receberem e direito a todos os benefícios, incluídos os decorrentes da edição de novo plano de carreira.

Aqueles que só ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004 e já se aposentaram - ou vierem a se aposentar - por invalidez, não foram abrangidos por esta Emenda. Estes continuarão sendo regido pelas regras permanentes, existentes no corpo da Constituição (art. 40).

Vale dizer, os proventos serão calculados sobre uma média dos valores que serviram de base para sua contribuição a contar de 1994, devidamente corrigidos. Isto implicará em geral a uma redução nos proventos.

Além disto, não terão paridade com os ativos. Seus proventos ficarão inteiramente desvinculados da evolução dos vencimentos dos servidores ativos, recebendo apenas uma correção anual, para reposição das perdas com a inflação.

A lei que veio assegurar esta correção estendeu a estes servidores a correção deferidas aos benefícios da Previdência Geral.



Aulão gratuito de apresentação da dança de salão

Atendendo pedidos de alguns associados da ASSUFRGS na próxima terça-feira, dia 24/04/2012, a partir das 18h às 19h45min, estaremos realizando mais uma edição do aulão gratuito de apresentação da dança de salão. Nesta oportunidade, a professora Martha Royer estará novamente recebendo os associados, familiares, amigos e os demais interessados pela atividade.

Publicação da Associação dos Servidores da UFRGS, UFCSPA e IFRS Gestão 2011/2013



Coordenação Geral
Bernadete Menezes (Berna), Rosane Barcelos Souza e Silvio Roberto Ramos Correa

Coordenação de Administração e Finanças
Maria Schirlei Funk Cassel e Mozart Simões da Costa

Coordenação de Educação Política e Sindical
Roselei Knevtz Prua e Gabriel de Freitas Focking

Coordenação de Saúde e Segurança do Trabalhador
Mária de Lourdes Oliveira Ambrosio e Genoveva Rodrigues Barbosa

Coordenação de Divulgação e Imprensa
Michelle de Mello Meirelles e André Gustavo Bobrzyk

Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer
Edison Silva dos Santos e Maribel dos Santos Nunes

Coordenação de Jurídica e Relação de Trabalho
Mária de Fátima R. Andrade e Rafael Berbigier de Bortoli

Coordenação de Assuntos de Aposentadoria
Salette Maria Wiggers e Mauro José dos Anjos

Edição, Jornalista Responsável e Projeto Gráfico

Jornalista - Raquel Carlucho - Mtb-14923

Impressão: RML Gráfica Tiragem: 3.000 exemplares.
Os textos assinados não representam, necessariamente a opinião da Assufrgs e são de responsabilidade de seus autores.